



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades.

Sub-eixo: Ênfase em Gênero.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A UNIVERSIDADE

Fernanda Cristina de Assis Silva¹
Larissa Cardozo Teixeira²
Catarina Almeida dos Santos³
Priscilla Nunes Alves Moreira⁴
Fernanda Feitosa Góes Terra Lachini⁵

Resumo: Este trabalho compõe a pesquisa coletiva *Violência de Gênero na Universidade* do Programa de Educação Tutorial da Faculdade Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que tem por objetivo conhecer o fenômeno da violência de gênero no ambiente acadêmico. O estudo pretende evidenciar a questão em suas várias expressões e violações de direitos dentro da universidade, para o enfrentamento destas, pretendendo dar visibilidade ao fenômeno na UERJ, sob a perspectiva da interseccionalidade de gênero, raça, classe e sexualidade. Por meio de estudos de clássicos da temática e pelo método de pesquisa exploratória, identificam-se aspectos de violências experimentadas por esses grupos. Para isto, foi necessário levantar no presente texto diversos elementos que estão imbricados na estruturação de relações socialmente desiguais que são inerentes a esses processos e tipos de violência.

Palavras-chave: Violências. Gênero. Universidade. UERJ.

Abstrac: This work compose the collective research Gender Violence at the University of the Tutorial Education Program of the Social Service Faculty of the State University of Rio de Janeiro, which aims to know the phenomenon of gender violence in the academic environment. The study aims to highlight gender violence in its various expressions and violations of rights within the university, in order to confront them, aiming to give visibility to the UERJ phenomenon, from the perspective of the intersectionality of gender, race, class and sexuality. Through studies of thematic classics and the method of exploratory research, aspects of violence experienced by these groups are identified. For this, it was necessary to raise in the present text several elements that are imbricated in the structuring of socially unequal relations that are inherent to these processes and types of violence.

INTRODUÇÃO

A pesquisa coletiva desenvolvida pelo Programa de Educação Tutorial (PET) da Faculdade de Serviço Social (FSS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) aborda as situações de violação de direitos humanos baseadas nas relações de gênero,

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <feernandassis@gmail.com>.

² Estudante de Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <feernandassis@gmail.com>.

³ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <feernandassis@gmail.com>.

⁴ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <feernandassis@gmail.com>.

⁵ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <feernandassis@gmail.com>.

sexualidade e raça no interior da universidade, as quais tendem a ser cotidianamente naturalizadas. Temos por objetivo ampliar o debate acerca da violência de gênero no meio acadêmico, dando visibilidade a esse fenômeno na UERJ, além de contribuir para a divulgação e produção de respostas ao problema na instituição.

METODOLOGIA

Com referência em Minayo (1993) sobre metodologia de pesquisa social, bem como a leitura de referências clássicas no debate de gênero, o estudo apresentado tem caráter exploratório e quantitativo, pois visa conhecer um fenômeno pouco estudado no contexto universitário, baseando-se em amostragem de estudantes dos cursos do Centro de Ciências Sociais (CCS/UERJ).

O levantamento de dados da pesquisa foi realizado via preenchimento de questionário *online*, junto aos/às alunos/as dos cursos do CCS, com amostragem aleatória simples num universo de 5.254 estudantes. Os dados são referentes a 2016. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UERJ conforme Res. nº 510, de 07 de abril de 2016.

O trabalho de campo e sistematização do material foi feito a partir de estratégias de divulgação, disponibilização dos questionários e recolhimento dos dados. Além disso, foram levantadas as resoluções e projetos da universidade quanto à questão de gênero, raça e sexualidade, bem como de experiências em curso em outras universidades brasileiras.

Obtivemos através do questionário *online* 324 respostas válidas, como resultados finais, que compreende o público-alvo, ou seja, os/as estudantes inseridos/as nos cursos do Centro de Ciências Sociais, sendo 27 respostas não-válidas devido ao fato da participação de estudantes de outros cursos que não compõem o CCS. No entanto, optou-se por manter as respostas devido à contribuição positiva que trouxeram ao estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No perfil socioeconômico, podemos analisar alguns itens que constavam no questionário, como idade, composição familiar, renda mensal familiar, ocupação, cotas e ativismo na universidade.

No quesito idade, a maioria (191 estudantes) nasceu entre os anos de 1989-1997, ficando na faixa etária de 21 a 30 anos. Em contraste, podemos notar os indicadores de alunos nas faixas etárias de 30-60 anos (109 estudantes) que nos levam a reflexões quanto a limitações de cunho social sobre o ingresso e permanência desse público, bem como de sua conclusão visto que possuem demandas particulares ao segmento geracional.

Na composição familiar é notável a diversidade familiar dos/as estudantes da UERJ. Nos dados apresentados pela pesquisa, percebe-se que a composição familiar dos

estudantes está entre mãe e mais alguém, ou entre estudantes e pessoas que não são os seus pais, logo é a forma como são expressas e constituídas as famílias destes estudantes. De acordo com a pesquisa 12,7% moram apenas com a mãe, enquanto que somente 0,6% mora com o pai, sendo uma diferença considerável.



Fonte: Pesquisa Violência de Gênero na UERJ, PET Serviço Social UERJ, 2018.

Um dado curioso são os/as estudantes que residem sozinhos/as – 7,9% - dado possivelmente relacionado a estudantes com mais idade, e que podem estar empregados/as em regime formal de trabalho. Além dos que responderam morar com filhos/as e esposo/as 4,7%; e os que moram apenas com esposo/a 6,6%, o que recai sobre a reflexão do quanto o acesso à universidade pública pode ser tardio quando se compreende esta dificuldade permeada pela diferença de oportunidades entre as classes sociais.

Com o item da renda mensal familiar é importante observar que numa universidade com características mais populares, onde a UERJ é pioneira na implementação das cotas raciais e socioeconômicas e na implantação dos cursos noturnos, o percentual dos estudantes que afirmam ter renda mensal familiar superior a cinco salários mínimos é de 15,8% - representa 50 respostas de um universo de 324. Isto demarca o histórico elitista que acompanha a formação das universidades públicas do país ao mesmo tempo em que a grande maioria - 70,9% - vive com famílias que dividem até três salários mínimos.



Fonte: Pesquisa Violência de Gênero na UERJ, PET Serviço Social UERJ, 2018.

Percebe-se o reflexo das cotas raciais e socioeconômicas aceitas nas universidades públicas estaduais do Rio de Janeiro desde o ano de 2008.

Desses 70,9% de estudantes com renda até três salários mínimos, destacam 36,7% que vivem com até dois salários mínimos, e 17,4% com apenas um salário mínimo, dados que corroboram para a manutenção da educação pública de qualidade acrescida de políticas de assistência estudantil, sobretudo na universidade, como as cotas raciais e socioeconômicas, as bolsas-auxílio e moradia, a bolsa transporte, o restaurante universitário entre outras destacadas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES – Decreto nº 7.234/2010⁶ (no âmbito federal) e pela Lei 5.346/2008⁷ – Lei de Cotas Estaduais do Rio de Janeiro.

Em relação às cotas, 57,9% dos/as estudantes que responderam a pesquisa afirmaram que são participantes deste sistema, sendo 48,7% de cotas raciais e 48,1% de cotas de escola pública. É importante destacar que para concorrer ao sistema de seleção do vestibular através das cotas, cada estudante, ainda que seja negro/a, ou oriundo/a de escola pública, necessariamente terá de passar por uma avaliação socioeconômica.

Já no item *ativismo na universidade*, poucas pessoas que foram abrangidas pelo questionário participavam de algum tipo de coletivo existente na UERJ. Os coletivos mais mencionados envolvem temas relacionados à questão racial, feminista e LGBT. Chama atenção que alguns participam de mais de um coletivo. Embora a maior parte citada se organize em torno das temáticas de gênero, sexualidade e raça, evidenciam-se os coletivos tradicionais do movimento estudantil, como Centros Acadêmicos e Diretório Central dos Estudantes.

No que diz respeito ao perfil de gênero desses/as estudantes, considerou-se a autodeclaração das respostas sendo a composição racial formada por 35,8% de brancos/as, 33,6% de pretos/as, 27,8% de pardos/as, 1,5% de indígenas e 1,2% de amarelos/as. Na orientação sexual que diz respeito à atração afetiva-sexual por alguém, 75,3% se declaram heterossexuais, 15,1% bissexuais, 4,3% lésbicas, 2,8% gays e 2,5% outros. Houve estudantes que se declararam pansexuais e assexuais. Dos/as entrevistados/as, 75,9% definiram como sexo de nascimento o feminino e 24,1% o masculino. Em relação à identidade de gênero, 72,5% consideram-se mulher cis e 23,1% homens cis, ou seja, se identificam com o sexo do nascimento, mostrando que a maioria das pessoas que participaram da pesquisa são do sexo feminino, muito provavelmente pelo interesse no tema

⁶ BRASIL. **Decreto nº 7.236/2010**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 23 de abril de 2018.

⁷ ALERJ. **Lei nº 5.346/2008**. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/comissoes/CCJ/AP/AP2009/AP200903181_CotasRaciais_AUGUSTOWERNECK.pdf>. Acesso em: 23 de abril de 2018.

e pelo fato de estarem em maior número, pois de acordo com dados gerais da Universidade coletados em 2015, há mais mulheres matriculadas do que homens.

Diante da diversidade das formas de se relacionar afetiva e sexualmente, é importante trazer algumas reflexões sobre o preconceito às expressões que fogem à norma heteronormativa baseada na tradição patriarcal, tão presente na sociedade brasileira.

Através desta pesquisa é possível perceber que muitos não reconhecem a diferenciação entre sexo e identidade de gênero. Segundo Carla Almeida (2011), em nossa sociedade, o corpo constitui uma base fixa em que se fundamenta o gênero, onde a “natureza” impõe a descrição das diferenças entre homens e mulheres, de acordo com a sua origem na biologia. Assim, utilizando o fundamento biológico como fio condutor, argumenta-se a ideia de que as diferenças sociais entre homens e mulheres têm a anatomia como destino. Mulheres e homens são reconhecidos como identidades essenciais dos sujeitos, onde as diferenças sexuais binárias determinam a base da categoria gênero. Logo, essa sociedade nos traz o modelo binário como culturalmente aceito na definição de homem e mulher.

Com isso, as orientações sexuais que fogem da heteronormatividade são marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por práticas de cunho lgbtfóbicos, conforme trazido por Guilherme Almeida (2013), quando diz que o binarismo de gênero impõe restrições ao acesso de direitos a todas as pessoas, segundo uma prática heteronormativa construída socialmente e culturalmente como lógica hegemônica.

Diante disso, há a emergência de situar os sujeitos que não se definem nesse padrão, existindo diferenças que precisam ser reconhecidas. É vital a discussão sobre diversidade sexual, principalmente no ambiente acadêmico, na perspectiva de que este seja um local que tem como premissa a pluralidade, daí a importância da existência de *coletivos lgbt* nas universidades, com vistas à desconstrução de estereótipos e estigmas; além de proporcionar uma maior visibilidade aos outros modelos de existir e viver a orientação sexual.

Tabela 1: Tipificação das violências no questionário da pesquisa

Violência Psicológica	Violência Física
Xingamento	Empurrão
Ameaças	Soco e tapa
Humilhação por outro/a universitário/a	Atingido/a com algum objeto
Humilhação por professor/a	Beijo roubado
Humilhação por técnico/a administrativo/a	Passada de mão
Humilhação por segurança do campus	Obrigado/a a fazer sexo sem vontade
Cantadas ofensivas	-----
Constrangimento pela vestimenta	-----

Fonte: Pesquisa Violência de Gênero na UERJ, PET Serviço Social UERJ, 2018.

No que tange à violência de gênero na UERJ, 78% dos/as participantes da pesquisa

afirmaram que nunca sofreram nenhum tipo de violência, ao passo que 22% admitiram já terem tido seus direitos violados no âmbito acadêmico. Este dado nos provoca a pensar sobre a noção que se tem a respeito do conceito de violência de gênero que, embora muito centrado nas questões da mulher, envolve também a população LGBT, que será contemplada nessa discussão. Acrescentamos, a isso, a condição de superioridade colocada em relação aos homens brancos, heterossexuais e cisgêneros, na qual toda e qualquer pessoa não condizente com este padrão se apresenta como subalterno.

No questionário, a violência psicológica mostrou-se como a mais evidente. Cabe aqui salientar que qualquer tipo de agressão poderá acarretar danos à saúde mental de quem foi violentado/a.

Há uma tendência na sociedade à naturalização da violência psicológica, por ser, teoricamente, uma agressão que não deixa marcas físicas por parte de quem agride. Porém, seus reflexos podem causar marcas que poderão vir a ser cometidas pelas próprias vítimas em si mesmas, a depender do quanto a agressão sofrida poderá afetar sua existência.

Machado e Grossi (2015, p. 2), baseadas na Lei nº 3340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, definem a violência psicológica como: “Todo tipo de conduta que provoca, em termos genéricos, prejuízo à saúde psicológica ou à autodeterminação; e, em termos específicos, dano emocional, diminuição da autoestima, prejuízo ao pleno desenvolvimento, degradação ou controle. [...] compreendendo as seguintes condutas: ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir”. Se somadas, as porcentagens atribuídas a cada tipo de violência apontada pelo/as participantes da pesquisa e separadas de acordo com a tabela abaixo, obtém-se um total de 56,1% para violência física e 149,3% para o que se classifica como violência psicológica. Dentre os tipos de violência mais recorrentes no decorrer da formação acadêmica, destacam-se “beijo roubado/ passar a mão/ cantadas ofensivas”, com 43,8% seguidas de “humilhação por outro/a universitário/a”, com 28,8%, “humilhação por professor/a”, com 23,3%, “xingamento” também com 23,3% e “constrangimento pela vestimenta”, com 20,5%. A opção “outra” aparece logo em seguida, com 15,1%, sendo contabilizados doze relatos, todos com apontamentos para a violência psicológica.



Fonte: Pesquisa Violência de Gênero na UERJ, PET Serviço Social UERJ, 2018.

Outro dado relevante refere-se ao fato de já terem presenciado ou não alguma violência no ambiente universitário, em que 72,8% afirma nunca ter presenciado, ao passo que 27,2% afirma já ter presenciado algum tipo de violência na UERJ. Foram registrados diversos relatos que expõem e exemplificam os tipos de agressões sofridas:

- "Briga de casal. Chamei a segurança, pois o homem estava agredindo com xingamentos e apertos nos braços a namorada muito próximo à rampa."
- "Não sei se entra na opção, mas gostaria de deixar registrado, as constantes ameaças que a comunidade LGBT tem sofrido, principalmente nos banheiros, com ameaças, e fixações nazistas."
- "Professor sendo extremamente agressivo em falas com aluna, professor assediando alunas, piadas de cunho racista dentro da sala, aluno sendo extremamente abusivo com professora, por ser mulher."

Sobre já terem praticado ou não violência de gênero na universidade, apenas 2,2% afirma que já praticou, enquanto 97,8% afirmam nunca ter cometido algum tipo de violência. Este dado recai também num possível desconhecimento sobre o conceito de violência de gênero, encarando-o pelo viés da agressão física.

Alguns/as participantes da pesquisa relataram as violências praticadas, mencionando atos machistas, ou que "muito possivelmente possa ter dito algo ofensivo em algum momento", onde inclusive, um demonstra que não sabe se fez, mas que provavelmente por ser homem, já tenha cometido alguma violência.

Alguns exemplos descrevem episódios de gritos e silenciamentos, *mansplaining*⁸, *maninterrupting*⁹, difamação, constrangimento por ser mãe cedo, ofensas pelo simples fato de

⁸*Mansplaining* - O termo tem origem na língua inglesa e une os vocábulos "man" e "explaining", que significam "homem" e "explicando". Portanto, o "mansplaining" acontece quando um homem quer explicar algo óbvio a uma mulher, de forma didática, como se ela não fosse capaz de entender. Pode parecer inofensivo, mas é problemático, pois ocorre em situações em que a mulher não precisa de explicação ou quando diz respeito a uma área que ela domina, trabalha ou estuda muito.

Mansplaining: uma voz sutil do machismo, mas que silencia. Disponível em: <<https://www.dicasdemulher.com.br/mansplaining/>>. Acesso em: 15 de novembro de 2018.

⁹*Maninterrupting* - junção de "man" (homem) e "interrupting" (interrupção). Quando um homem interrompe constantemente uma mulher, de maneira desnecessária, não permitindo que ela consiga concluir sua frase. Nesses casos, acontece quando uma mulher não consegue concluir sua frase por ser constantemente interrompida pelos homens ao redor.

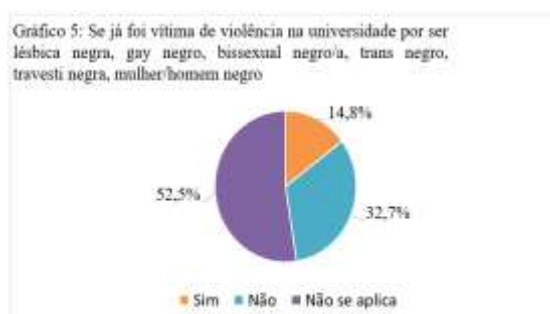
MM360 explica os termos gaslighting, mansplaining, maninterrupting e bropropriating. Disponível em: <<http://movimentomulher360.com.br/2016/11/mm360-explica-os-terminos-gaslighting-mansplaining-bropropriating-e-maninterrupting/>>. Acesso em: 15 de novembro de 2018.

ser mulher, entre outros. Assim, muitas das violências admitidas, mostram novamente maior tendência a violências psicológicas.

É importante dizer que a naturalização da violência de gênero é cotidiana, podendo ser feita por quaisquer pessoas, uma vez que se entende que a violência de gênero não é praticada apenas entre homens e mulheres heterossexuais. Apesar de incomum, não é apenas o homem que agride a mulher: há casos em que há violências praticadas por mulheres a uma pessoa LGBT, e vice-versa, assim como aparecem casos de agressões em relacionamentos de mulheres lésbicas.

Ao serem perguntados/as sobre a violência de gênero no âmbito universitário, relacionando-se com o racismo, alguns/as dos/as entrevistados/as responderam através de relatos de racismo fora da universidade, utilizando o espaço da pesquisa como denúncia. Porém, antes de tudo, isso demonstra como as perguntas geraram reflexão, tornando-se dispositivos que acionaram lembranças de casos vividos fora da universidade.

Em relação à pergunta sobre a violência de gênero associada ao racismo:



Fonte: Pesquisa Violência de Gênero na UERJ, PET Serviço Social UERJ, 2018.

Para a população transexual e travesti, especificamente, foi perguntado se sofreram alguma violência no ambiente acadêmico, enquanto mulher trans ou travesti ou homem trans. Ninguém se identificou enquanto transexual ou travesti ao responderem sobre sua identidade de gênero, no entanto, uma pessoa, 0,3%, relata ter sofrido violência por essa condição.

Ao pedirmos para que fosse especificado, quatro pessoas responderam, duas relatam ter sofrido constrangimento, um sem especificação e outro relata constrangimento/coerção pela vestimenta. As duas outras pessoas que afirmam ter sofrido violência não especificaram de que forma foram vitimadas. Para 86,4% a pergunta não se aplicou.

A violência de gênero atravessa inúmeros espaços. O âmbito universitário se configura em um palco para a reprodução dessas transgressões, as quais se efetivam de

forma hierárquica, com a prevalência da heteronormatividade e atos e atitudes sexistas que permeiam as paredes da universidade.

Sobre os ambientes e locais mais propícios nos quais os/as participantes da pesquisa consideram que possa ocorrer a violência de gênero na universidade, destacam-se as festas, os trotes, os corredores, as salas de aula, os banheiros, as escadas de emergência, estacionamento e assembleias. Na opção “outros”, foram destacados alguns



dos seguintes locais: elevadores, bibliotecas, centros acadêmicos, salas de informática e eleição do movimento estudantil.

Uma parte do questionário da pesquisa procurou trazer algumas percepções veiculadas no meio social, ou seja, alguns pensamentos do senso comum sobre gênero, sexualidade e raça. Nas questões relacionadas à raça, apesar de haver respostas mais homogêneas em relação à mulher negra, ao colocar questões sobre cotas, e que inclui, portanto, as cotas raciais, houve uma maior discrepância nas respostas, mostrando um pensamento mais heterogêneo sobre o assunto.

Nas questões relacionadas a estudantes que são pais, foi perceptível que ainda há, na opinião de alguns participantes, a responsabilização da mulher como cuidadora, sem considerar a corresponsabilidade do pai, algo percebido nas questões como *Quando vejo um homem com uma criança, logo penso: onde está a mãe?* – 78,7% discordaram plenamente, 11,7% discordaram em parte, 8,6% concordaram em parte e 0,9% concordaram.

Já nas questões relacionadas à sexualidade, é possível inferir que quando a situação é apontada no plano teórico, as respostas são dadas de forma mais homogênea. No entanto, quando a questão é colocada em uma situação do cotidiano e, portanto, mais próxima da experiência dos/as estudantes, as respostas não são totalmente condizentes com o que foi respondido anteriormente. Na frase *Cada pessoa tem a liberdade de escolher sua identidade de gênero e expressar sua orientação sexual*, foi possível perceber que houve uma tendência ao que se espera ser mais correto socialmente no ambiente

acadêmico, onde 94,1% concordaram plenamente e ninguém discordou. No entanto, nas questões de situações concretas do cotidiano, como por exemplo, *Tudo bem ser gay, só não precisa ficar se beijando na frente dos outros*, a maioria discordou, porém, mais de 15% concordou.

Assim, o âmbito universitário, principalmente de instância pública, é tido como um ambiente com grande senso crítico, sendo socialmente esperado que preze pelo respeito à diversidade sexual, racial, de classe e de gênero. No entanto, através das respostas, principalmente em relação às situações concretas do cotidiano dos participantes da pesquisa, percebeu-se que o referido respeito à diversidade sexual, racial e de gênero nem sempre é posto em prática.

Ademais, devido à fragmentação das políticas públicas e ineficácia para o enfrentamento de tais violências, as redes são uma alternativa de articular e potencializar as ações dos atores envolvidos na busca de um objetivo comum. De acordo com o questionário, menos de 10% das pessoas que sofreram violência dentro da UERJ denunciaram o ocorrido, e ninguém recorreu à rede externa, como delegacias especializadas. Esta realidade nos leva a questionar por que há um quantitativo tão pequeno em relação ao número de pessoas que denunciam casos de violência, e por que a rede de atendimento formal não é procurada nestes momentos.

Sabemos que, apesar de toda a discussão que vem se adensando em relação ao assunto, esse é um tema que está longe de ser um consenso em nossa sociedade. Mais ainda, quando se fala em violência de gênero, já que estamos tratando de algo bem mais amplo do que a violência contra mulher, e isso nem todos têm conhecimento. Embora entendamos que, a discussão da violência contra a mulher é historicamente mais presente em nossa sociedade, sabemos que ainda é um desafio o seu enfrentamento, entretanto, acabou se tornando um caminho para ampliação desse debate. O entendimento desse processo socio-histórico nas relações desiguais facilita a assimilação da realidade explicitada por meio dos dados de nossa pesquisa, além de contribuir para o debate que estamos propondo em relação à rede de atendimento. Alguns elementos são a vergonha, a dependência emocional e a necessidade de autoafirmação, entendendo que esta está ligado às condições materiais objetivas. Ainda há um descrédito em relação ao atendimento à população nos serviços públicos como um todo e isso inclui os serviços públicos voltados para o atendimento à questão de gênero: "(...) os atos e as reflexões da militância feminista (...) possibilitaram, ainda, evidenciar a existência dessa modalidade específica de violência e contribuíram para alterar parte dos equipamentos e serviços públicos, sem deixar de evidenciar as dificuldades de seu enfrentamento dentro das instituições públicas" (BANDEIRA, 2014).

De acordo com as respostas obtidas pelos questionários, os locais de ajuda contra a violência sofrida por estudantes da UERJ ocorreram internamente, como no Serviço de Psicologia Aplicada, coletivos e no hospital universitário.

Com isso podemos observar que apesar da lógica capitalista hegemônica, a Universidade se apresenta resistindo, buscando práticas instituintes que dialoguem com a realidade presente. Porém, observamos a dificuldade de enfrentar as práticas instituídas já que mais de 90% das pessoas que disseram ter sofrido violência declararam não ter conseguido atendimento em nenhuma rede de atendimento especializado dentro da universidade. A maioria das pessoas que sofreu com essa violência disse ter procurado a ajuda de amigos e familiares, o que demonstra a necessidade de que o assunto seja amplamente discutido na sociedade, e em especial no âmbito universitário, para que a questão seja contextualizada e refletida, a fim de fomentar um pensamento crítico, rechaçando o senso comum, tão enraizado, ainda hoje, em nossa sociedade, que pode levar as vítimas a se sentirem culpadas ou desajustadas.

CONCLUSÃO

A pesquisa instiga a analisar o fenômeno da violência de gênero na universidade, numa perspectiva interseccional, problematizando o espaço universitário, já que tem sido estudada prioritariamente no espaço doméstico e familiar, sendo poucas as análises no espaço público, sobretudo nas universidades, como local de reprodução de violências nas situações de sociabilidade. Mediante estes dados, bem como com o enunciado anteriormente na introdução deste trabalho, afirmamos a importância do envolvimento de Programas ou grupos como o PET, que buscam desenvolver, por meio de suas atividades, eventos e produções científicas, princípios e valores na formação profissional dos estudantes, agregando-lhes uma visão cidadã, consciente e crítica em produções desse tipo para que venham a contribuir para a construção de uma sociedade menos desigual.

Ao tomar a UERJ como local de estudo, aprofundam-se as reflexões nesse cenário, considerando sua trajetória histórica como uma instituição que abriga estudantes trabalhadores, que culminou com a primeira universidade a implantar o sistema de cotas, trazendo para este lugar as tensões em torno das hierarquias sociais de gênero, classe, raça, etnia e sexualidade. Posteriormente, visamos a socialização dos dados sistematizados para articular propostas junto à Universidade para intervenção e construção de mecanismos que atendam às situações ocorridas dentro do campus, o que poderá contribuir para o combate às violações de direitos humanos, de modo a fortalecer e estreitar os laços entre a universidade e estudantes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carla. Corpo & Gênero: Articulando Um Debate. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, v.9, n.28, p.17-27, dez 2011.
- ALMEIDA, Guilherme. O trabalho profissional do serviço social e o cotidiano de pessoas transgêneros: discutindo algumas interseções. *Revista Inscrita*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 18-25, 2013.
- BANDEIRA, L. M. *Violência de gênero: a construção de um campo teórico de investigação*. Sociedade e Estado, Brasília, v. 29, p. 325-689, 2014.
- BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BRASIL. *Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República*. Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano 2012. Brasília. 101p. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012> Acesso em: 26 de agosto de 2017.
- BRASIL. *Secretaria de Políticas Para as Mulheres*. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília, 2011.
- COLLINS, P. H. Em Direção A Uma Nova Raça, Classe E Gênero Como Categorias de Análise e Conexão. In: *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, p. 12-42, 2015.
- DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes, 1993.
- FONAPRACE. *IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos estudantes de graduação das instituições federais do ensino superior brasileiras*. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduando-das-IFES_2014.pdf.
- GELEDÉS, Instituto da Mulher Negra. “O Conceito de Gênero por Joan Scott: gênero enquanto categoria de análise”. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-conceito-de-genero-por-joan-scott-genero-enquanto-categoria-de-analise/#gs.XjyLuFQ>. Acesso em: 10/05/2017.
- GELEDÉS, Instituto da Mulher Negra. “O caso Maria de Carvalho: Femicídio, violência policial e as Mulheres Negras.” Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-caso-marisa-de-carvalho-femicidio-violencia-policial-e-as-mulheres-negras/>. Acesso em: 10/05/2017.
- MACHADO, Isadora Vier; GROSSI, Miriam Pillar. *Da Dor no Corpo À Dor na Alma: o conceito de violência psicológica da Lei Maria da Penha*. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, 23(2): 561-576, maio-agosto/2015.

- MINAYO, Maria Cecília de Souza; MALTA, Renata Barreto, OLIVEIRA, Laila Thaíse Batista de. *Enegrecendo as redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual*. Revista Gênero, v.16, n.2. Niterói: 2016. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/811/436>. Acesso: out/2018.
- PESQUISA INSTITUTO AVON/DATA POPULAR. *Violência contra mulher no ambiente universitário*. 2016. http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2015/12/Pesquisa-Instituto-Avon_V9_FINAL_Bx.pdf
- SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99. Acesso em 23 de abril de 2018.
- SENOTIER, Danièle; LABORIE, Françoise; HIRATA, Helena; LE DOARÉ, Hélène. Verbetes: “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo; Patriarcado; Sexo e gênero; Movimentos feministas”; Diferença dos sexos (teorias da). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.